

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 29 de abril a 3 de maio, em Brasília.

TENSÃO ENTRE OS PODERES PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA, PERSE NO SENADO & SEMANA ESVAZIADA NA CÂMARA

Liminar do STF sobre desoneração da folha reacende tensão entre os Poderes. Após o ministro **Cristiano Zanin**, a pedido do governo, decidir monocraticamente sobre a suspensão da prorrogação da desoneração da folha de pagamentos, as relações entre Executivo, Legislativo e Judiciário devem ter novos abalos. Em apenas uma movimentação, o Planalto se indisputa com o Senado e reiterou a animosidade da Casa com o STF. Vale lembrar que a PEC 8/2021 – *aprovada pelos senadores no ano passado e aguardando análise dos deputados* –, veda a concessão de decisão monocrática que suspenda a eficácia de lei, tal como neste caso da desoneração.

Feriado esvazia agenda legislativa na Câmara, mas Senado vota Perse. Em virtude do feriado do Dia do Trabalho nesta quarta (1º), a Câmara dos Deputados não promoverá nenhuma reunião ou sessão deliberativa. Já no Senado, foi convocada sessão do Plenário para apreciar, dentre outras matérias, o novo Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), que, em

tese, deve ser aprovado com o mesmo texto enviado pela Câmara, embora o governo tema mudanças negativas após indisposição com o Senado.

DPVAT é outro tema que pode ser enfrentado. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado poderá votar o projeto de lei que recria o DPVAT, agora denominado Seguro Obrigatório de Veículos Terrestres (SPVAT). O líder do governo na Casa, senador **Jaques Wagner** (PT/BA), negocia a aprovação do projeto, que, além de recriar o DPVAT, liberará R\$ 15 bilhões para gastos do governo, o que possibilitaria cobrir os R\$ 5 bilhões em emendas de comissão que foram vetadas pelo presidente **Lula** e ainda é alvo de disputa com o Congresso Nacional.

Em outra frente, TSE julga cassação do senador Jorge Seif (PL/SC). O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) retomará o julgamento que pode resultar na perda do mandato do senador **Jorge Seif**, acusado de abuso de poder econômico. Seif, aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro, foi inicialmente absolvido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC), mas um recurso levou o caso ao TSE.

Destaque da Semana

Segunda

- Debate sobre a “**Reforma Tributária e a Indústria**”, organizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (**Fiesp**), com a participação do vice-presidente e ministro **Geraldo Alckmin** (Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços); do secretário extraordinário da Reforma Tributária, **Bernard Appy**; do secretário especial da Receita Federal do Brasil, **Robinson Sakiyama Barreirinhas**; do ministro do Supremo Tribunal Federal, **Gilmar Mendes**; e do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), **Bruno Dantas**.

Segunda e
Terça

- Reunião do **G20: GT de Agricultura**.

Terça

- Lançamento da **Frente Parlamentar Mista em Defesa da Propriedade Intelectual e de Combate à Pirataria**.

Terça e
Quarta

- Evento paralelo “**Integridade da Informação e Confiança no Ambiente Digital**” (GT Economia Digital).

Quinta e
Sexta

- Reunião do **G20: GT Turismo**.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do presidente – **Luiz Inácio Lula da Silva** reuniu-se, nesta segunda (29), com os ministros **Luiz Marinho** (Trabalho e Emprego), **Esther Dweck** (Gestão e da Inovação em Serviços Públicos), **Ricardo Lewandowski** (Justiça e Segurança Pública) e **Fernando Haddad** (Fazenda). Além disso, recebeu o secretário especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (CC/PR), **Wellington César Lima**. Na sexta-feira (3), reúne-se com o primeiro-ministro do Japão, **Fumio Kishida**. E no sábado (4), vai até o Rio de Janeiro-RJ para a entrega de unidades do Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

Além disso, o presidente deverá sancionar as seguintes proposições legislativas cujos prazos constitucionais encerram-se esta semana: o [PL 169/2020](#) (*exigência de estudo de mobilidade urbana para obras em cidades*); a [PL 3027/2022](#) (*institui a Política Nacional de Qualidade do Ar*); e o [PL 2796/2021](#) (*regulamentação de jogos eletrônicos*).

Vice-Presidência da República

Agenda do vice-presidente – **Geraldo Alckmin** participou, nesta segunda (29), de debate sobre a “*Reforma Tributária e a Indústria*”, organizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), com a participação do secretário extraordinário da Reforma Tributária, **Bernard Appy**; do secretário especial da Receita Federal do Brasil, **Robinson Sakiyama Barreirinhas**; do ministro do Supremo Tribunal Federal, **Gilmar Mendes**; e do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), **Bruno Dantas**.

Casa Civil

Agenda do ministro – **Rui Costa** reuniu-se, nesta segunda (29), com o ministro **Jader Filho** (Cidades) para tratar do Novo PAC Seleções e, mais tarde, com a ministra **Esther Dweck** (Gestão e da Inovação em Serviços Públicos). Ainda, o ministro deve comparecer, nesta terça (30), à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado Federal, para debater novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em agosto de 2023, e prestar informações sobre o [Acórdão nº 2366/2023–TCU](#), em especial o item 9.1.2, que determina à Casa Civil da Presidência da República (CC/PR) a elaboração de plano de ação visando à revisão do Anexo C do Tratado de Itaipu, que contemple critérios referentes aos projetos nos quais serão alocados os recursos de investimento socioambiental e em infraestrutura a serem realizados pela Itaipu Binacional.

Secom Secretaria de Comunicação Social

Agenda do ministro – **Paulo Pimenta** participa, nestas terça (30) e quarta (31), do evento paralelo do Grupo de Trabalho (GT) de Economia Digital do G20 em São Paulo.

AGU Advocacia-Geral da União

Agenda do ministro – **Jorge Messias** reuniu-se, nesta segunda (29), com o ministro **Fernando Haddad** (Fazenda).

MCTIMinistério da Ciência,
Tecnologia e Inovações

Agenda da ministra – **Luciana Santos** participou, nesta segunda (29), das cerimônias de abertura dos eventos NETmundial+10, onde falou sobre governança no mundo digital; e Agrishow - Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação. Ainda, reuniu-se com o ministro **Fernando Haddad** (Fazenda). Além disso, deve comparecer, nestas segunda (29) e terça (30), da 5ª Conferência Regional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI), em Goiânia-GO, juntamente com o governador de Goiás, **Ronaldo Caiado** (UNIÃO).

MCom

Ministério das Comunicações

Agenda do ministro – **Juscelino Filho** concedeu, neste domingo (28), entrevista ao “Canal Livre” na TV Band. Ainda, o ministro cumpre agenda oficial em Macapá-AP, nesta sexta (3), para participar da entrega da Infovia 03.

ANATELAgência Nacional de
Telecomunicações

Está prevista, nesta terça (30) às 14h, a **217ª Reunião Do Conselho Consultivo**, por meio de videoconferência e transmitida no canal da ANATEL no [YouTube](#). Dentre os itens da [pauta](#), destacamos a deliberação sobre o [Relatório Anual de Gestão da Anatel - Exercício 2023](#).

MDICMinistério do Desenvolvimento,
Indústria, Comércio e Serviços**BNDES**Banco Nacional de
Desenvolvimento Econômico e
Social

Agenda do presidente – **Aloizio Mercadante** participou, nesta segunda (29), abertura do Seminário Internacional "*Transição energética no mar: desafios e oportunidades para o Brasil*", organizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Além disso, reuniu-se com o governador do Piauí, **Rafael Fonteles** (PT) e o superintendente de Representação do Piauí em Brasília, **Erick Elysio**.

MEC

Ministério da Educação

CAPESCoordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior

Agenda da presidente – **Denise Pires** cumpriu agenda oficial internacional em Madri (Espanha), nesta segunda-feira (29), do Seminário Internacional de Gestão da Aprendizagem na sede da Organização de Estados Ibero-Americanos para Educação, Ciência e Cultura (OEI).

MF

Ministério da Fazenda

Agenda do ministro – **Fernando Haddad** se reuniu, nesta segunda (29), com o ministro **Jorge Messias** (Advocacia-Geral da União); com a ministra **Luciana Santos** (Ciência, Tecnologia e Inovação); e com o presidente **Lula**.

Agenda internacional

- ✓ São Francisco (EUA) – Conferência de segurança cibernética, promovida pela RSA *Security* LLC.

BACEN

Banco Central do Brasil

Agenda do presidente – **Roberto Campos Neto** cumpriu agenda oficial em São Paulo-SP, nesta segunda (29), onde se reuniu com representantes da Associação Brasileira de Internet (Abranet), Senno e Instituto de Tecnologia e

Sociedade (ITS), para tratar de assuntos institucionais. Além disso, confere palestra no evento Painel Econômico, promovido pelo Inesper.

Agenda internacional

- ✓ Washington, D.C. (EUA) – Reuniões de Trabalho.

MGI

Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos

Agenda internacional

- ✓ Cidade do Cabo (África do Sul) – Desenvolvimento de capacidades internacionais para o serviço civil - A agenda da digitalização sustentável.

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados

O **Plenário da Câmara dos Deputados** ainda não divulgou a pauta deliberativa da semana.

Senado Federal

O **Plenário do Senado Federal** poderá apreciar, dentre outros, o [PL 1026/2024](#) (programa de incentivos para setor de eventos); o [PL 2/2024](#) (Quotas diferenciadas de depreciação acelerada); o [PDL 927/2021](#) (Acordo de Sede entre a República Argentina e o Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná); .

Política

Relação entre Lula e Pacheco deteriora depois de ajuste com Lira. Com os ajustes na articulação política promovidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o governo afinou a relação com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), mas não reverteu o clima de insatisfação que permeia o entorno do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). A expectativa é que Lula e o mineiro se reúnam para tratar das dificuldades na Casa. Três temas devem entrar na agenda entre Pacheco e Lula: a manutenção ou derrubada do veto presidencial a dispositivo da lei orçamentária que prevê R\$ 5,6 bilhões para emendas de comissão; a reestruturação da dívida de Minas Gerais que foi federalizada e a tramitação da PEC dos Quinquênios, medida para beneficiar integrantes do Judiciário, com grande impacto federal. O clima entre Pacheco e o Planalto se deteriorou na semana passada em função da iniciativa da Advocacia Geral da União (AGU) de pedir ao Supremo Tribunal Federal a suspensão da lei que desonera a folha de municípios e dos 17 setores que mais empregam. Em notas na sexta e no sábado, Pacheco afirmou que o governo “erra em judicializar a Política”. [Fonte:](#) Valor Econômico

Parlamentares querem usar reforma tributária para pressionar Lula por administrativa. A discussão sobre a regulamentação da reforma tributária, que deverá ganhar tração no Congresso Nacional após o envio de projeto de lei complementar (PLP 68/2024) pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), poderá forçar o Poder Executivo a ingressar em um debate fiscal mais amplo, envolvendo o tamanho do Estado e o volume de despesas com alto peso sobre o Orçamento Federal, como o funcionalismo público. É o que apostam integrantes da coalizão de 24 frentes parlamentares que se mobilizaram para discutir o novo

sistema de cobrança de impostos sobre o consumo, segundo relatou o deputado federal Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP) em entrevista concedida ao InfoMoney em seu escritório, em São Paulo, na semana passada. [Fonte:](#) InfoMoney

Lula afirma que fará um balanço das políticas do governo e entregará a todos os parlamentares. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou, na sexta-feira, 26, que o governo fará um balanço das ações feitas pela gestão federal até o momento e entregará aos deputados e senadores, sejam eles da base ou da oposição. Em meio à crise com o Congresso Nacional envolvendo uma “pauta-bomba”, o petista também disse que parlamentares podem continuar “acreditando no que quiserem”, mas têm a obrigação de saber o que acontece no País. “Mandei preparar tudo o que nós fizemos em 14 meses e vou distribuir para cada deputado na Câmara dos Deputados, e para cada senador. Todos eles vão receber. Quem é do governo, quem não é do governo, quem fala mal, quem fala bem, todos eles”, declarou Lula em cerimônia de inauguração da planta de produção de insulina da Biommm em Nova Lima (MG). “E eles [congressistas] têm que saber o seguinte: podem continuar acreditando no que quiserem, mas têm obrigação de saber o que está acontecendo no País deles”. [Fonte:](#) O Estado de S. Paulo

Governo não deve 'exigir do Parlamento adesão integral ao que pensa o Executivo', diz Pacheco. O presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou no sábado (27) que o governo federal não deve "exigir do Parlamento adesão integral ao que pensa o Executivo". Pacheco que também é presidente do Congresso Nacional, respondeu a crítica que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), fez aos parlamentares em entrevista ao jornal Folha de São Paulo que o Congresso Nacional também precisa ter responsabilidade fiscal. Em nota, o senador afirmou que o Congresso aprovou pautas que ajudaram o governo a ter uma "arrecadação recorde" e que votou matérias que ajudam o Estado a controlar gastos. "Portanto, a admoestação do ministro Haddad, por quem tenho respeito, é desnecessária, para não dizer injusta com o Congresso", afirmou Pacheco no texto. [Fonte:](#) G1 Notícias

Após crítica de Pacheco a Haddad, Alckmin diz que responsabilidade fiscal é dever de todos e defende 'diálogo permanente'. Após o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) criticar o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, por dizer que o Congresso desidratou projetos para ajustar as contas públicas, o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB), defendeu "diálogo entre poderes" e disse que "responsabilidade fiscal é um dever de todos. A declaração foi feita no domingo (28), durante a participação de Alckmin da cerimônia de abertura da Agrishow, maior feita de tecnologia agrícola, em Ribeirão Preto (SP). No sábado (27), a Folha de S. Paulo publicou uma entrevista em que o ministro da Fazenda afirma que projetos enviados pelo governo para ajustar as contas públicas foram desidratados pelo Congresso. Haddad afirma, também, que o Legislativo também precisa cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. [Fonte:](#) G1 Notícias

Não teremos relatores únicos na tributária, diz Lira O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse no sábado (27.abr.2024) que a regulamentação da reforma tributária não terá relatores únicos na Casa Baixa e que setores que são vitais para o país terão tratamento diferenciado, como saúde, educação e agropecuária. “Não vamos trazer relatores únicos [para a regulamentação da reforma tributária]. Faremos grupos de trabalho com deputados que não têm interesse nas áreas que serão tratadas para que a gente faça um enxugamento nos 400 artigos. Precisamos de uma reforma que dê segurança jurídica a quem paga imposto, mas setores vitais precisam e vão ter tratamento diferenciado”, declarou na cerimônia de abertura da “89ª Expozebu”, em Uberaba (MG). Lira afirmou que a regulamentação será de muita “luta” e fez uma analogia sobre o tamanho da dificuldade de atender todos os setores. “Eu só reforço a tese de que dentro de uma kombi não cabem passageiros de um ônibus ou de um trem. Dentro de uma kombi só cabem passageiros de uma kombi e essa discussão nós vamos fazer com muita transparência”, disse. [Fonte:](#) Poder 360

Debate na Câmara dos Deputados comemora 12 anos da Lei de Acesso à Informação. A Diretora da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), Miriam Wimmer, participou, na quinta-feira (25), do Ciclo de Debates sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI), promovido pela Câmara dos Deputados. Em seu pronunciamento de abertura, a servidora destacou que a LAI e a Lei Geral de Dados (LGPD) não são antagonistas. “São vertentes distintas, mas complementares de direitos fundamentais que são pressupostos de um Estado Democrático de Direito, tais como a transparência pública, o controle social, o controle de gastos, o jornalismo investigativo e a cidadania ativa, entre outros”, elencou. Em seguida, a especialista disse que a proteção de dados não diz respeito somente a dados íntimos ou sigilosos, mas a todos os dados que circulam pela sociedade, inclusive aqueles publicamente disponíveis, como no caso de ações de transparência ativa. “A LGPD não proíbe o tratamento e nem a divulgação de dados, mas protege o titular assegurando-lhe direitos como o de tratamento adequado, o de pedir retificação, o de saber qual a finalidade da coleta”, concluiu. [Fonte:](#) ASCOM ANPD

Economia

Pacheco anuncia recurso ao STF para manter desoneração da folha. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, anunciou na sexta-feira (26) que enviará ao Supremo Tribunal Federal (STF) um recurso contra a decisão do ministro Cristiano Zanin que revogou a desoneração da folha de pagamento, que havia sido prorrogada pelo Legislativo até 2027. Pacheco também afirmou que as premissas que embasaram o pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) e que foram aceitas por Cristiano Zanin não são verdadeiras. A decisão começou a ser julgada no plenário virtual do STF na sexta, e a análise vai até o próximo dia 6. [Fonte:](#) Agência Senado

Governo quer meio-termo para desoneração, mas líderes resistem. O governo Lula (PT) quer encontrar até o dia 20 de maio, quando começará em Brasília a Marcha dos Prefeitos, um meio-termo para o impasse sobre a desoneração da folha de pagamentos de empresas e municípios. Defensores de uma solução política para o imbróglio, aliados do presidente, no entanto, vão enfrentar dificuldades no Congresso Nacional. A tentativa de negociar com os prefeitos e também com o Congresso ocorrerá em paralelo a um novo foco de tensão entre os Poderes. A AGU (Advocacia-Geral da União) entrou na quarta-feira (24) com uma ação no STF (Supremo Tribunal Federal) para suspender trechos da lei aprovada pelo Congresso que prorrogava até 2027 a desoneração da folha de pagamentos das prefeituras e de 17 setores da economia. O pedido foi acatado de forma monocrática pelo ministro Cristiano Zanin, com efeito imediato. [Fonte:](#) Folha de S. Paulo

Com desoneração na Justiça, aliados de Lira preveem piora na relação com governo e Judiciário. Aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e lideranças do Centrão disseram ao Valor que, com a decisão do governo de questionar no Supremo Tribunal Federal (STF) a desoneração da folha de salários de empresas e municípios, a expectativa é de que a relação entre Executivo e Congresso volte a piorar. A insatisfação dos congressistas, analisam fontes próximas a Lira, poderá aumentar principalmente se o plenário virtual do STF mantiver a liminar concedida pelo ministro Cristiano Zanin, que suspendeu a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia intensivos em mão de obra e de municípios. O plenário virtual está julgando o tema e, por enquanto, o placar está 5 a 0 para suspender a desoneração, em linha com Zanin - o ministro Luiz Fux pediu vista, no entanto, interrompendo o julgamento. [Fonte:](#) Valor Econômico

Setores criticam ação do governo junto ao STF contra a desoneração da folha. Entidades empresariais que representam as organizações dos setores beneficiados pela desoneração da folha de pagamento se posicionaram publicamente contra a ação do governo federal junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), na quinta-feira, 24, questionando a prorrogação da desoneração da folha de pagamentos até 2027. Segundo o

documento, a posição do governo federal coloca em risco os impactos socioeconômicos positivos da medida e cria uma situação clara de insegurança jurídica. O documento resgata que a política pública da tributação substitutiva da folha por percentuais da receita bruta promoveu, no período de janeiro de 2011 a fevereiro de 2024, um crescimento de 9,7% no número de empregos gerados pelos 17 setores abrangidos por essa sistemática tributária, voltada. [Fonte:](#) TI Inside

Estudo da Fazenda evidencia que atual desoneração da folha contraria o interesse público. A prorrogação irrestrita do modelo de desoneração da folha de pagamentos presente na Lei nº 14.784/2023, aprovada no Congresso Nacional no final do ano passado, contraria o interesse público. É o que aponta a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda (MF) no estudo “Desoneração da Folha de Pagamentos — Análise setorial da política prorrogada e proposta de revisão”, divulgado na sexta-feira (26/4). Além de indicar que “o desenho atual da política não é justificável em termos de eficácia, efetividade e interesse público”, a SPE destaca que “a racionalização do benefício da folha de pagamentos e a mudança de seu desenho é uma recomendação de política pública que deve ser buscada pelos atores envolvidos no processo de policy-making do país”. “Dado o elevado custo fiscal da medida, que implica menor disponibilidade de recursos para outras políticas públicas essenciais, pode-se concluir que a prorrogação irrestrita do modelo de desoneração presente na Lei nº 14.784/2023, aprovada no Congresso Nacional, contraria o interesse público”, enfatiza o material da SPE. [Fonte:](#) ASCOM MF

Fazenda revisa impacto da desoneração para R\$ 15,8 bi em 2024. O Ministério da Fazenda revisou na 6ª feira (26.abr.2024) o impacto fiscal da desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia. O órgão estima que os gastos tributários decorrentes do benefício em 2024 serão de R\$ 15,8 bilhões. Antes, falava-se em R\$ 12,3 bilhões. Os dados constam em estudo divulgado pela Secretaria de Política Econômica 1 dia depois de o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Cristiano Zanin suspender a desoneração da folha de pagamento por meio de liminar. O magistrado atendeu a um pedido do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). “A dinâmica observada para as atividades que foram sendo incluídas ao longo do tempo não permite conclusão diferente, sugerindo que o desenho atual da política não é justificável em termos de eficácia, efetividade e interesse público”, diz o estudo. Desonerar um setor significa que ele terá redução ou isenção de tributos. Na prática, deixa a contratação e manutenção de funcionários em empresas mais baratas. Defensores do mecanismo dizem que esse tipo de prática aquece a economia e promove a criação de empregos. [Fonte:](#) Poder 360

Fazenda explica novo sistema de tributação do consumo. Em entrevista coletiva realizada na sede do Ministério da Fazenda, em Brasília, na quinta-feira (25), integrantes da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária (Sert) e da Receita Federal detalharam o Projeto de Lei Complementar (PLP) que regulamenta o disposto na Emenda Constitucional 132, promulgada em dezembro passado pelo Congresso Nacional e que cria o novo sistema de tributação do consumo no país. A coletiva foi aberta pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, e contou com apresentações do secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, e de diretores da Sert. Participaram também auditores-fiscais da Receita que atuaram no Programa de Assessoramento Técnico à Implementação da Reforma da Tributação sobre o Consumo (PAT-RTC). O programa teve a participação direta de 309 profissionais e, ao longo de três meses, envolveu a realização de 330 reuniões, nas quais foram analisados os mais de 200 insumos técnicos enviados por instituições do setor privado e ouvidas mais de 70 delas. O trabalho executado no programa embasou o projeto detalhado na coletiva e entregue ao Congresso Nacional na quarta-feira (24/5). [Fonte:](#) Agência Brasil

Appy ressalta importância da continuidade dos debates sobre a regulamentação. O Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/2024, que regulamenta a Reforma Tributária do consumo, tem muita consistência técnica, o que não significa que não possa ser melhorado. A afirmação foi feita na sexta-feira (26/4) pelo secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, durante participação

em evento da Câmara Americana de Comércio – Amcham Brasil, em São Paulo. “Tentamos fazer um projeto muito claro, que dê muita segurança jurídica”, ressaltou, salientando a importância da continuidade dos debates, agora no âmbito do Congresso Nacional. Resultado do trabalho realizado pelos integrantes do Programa de Assessoramento Técnico à Implementação da Reforma da Tributação sobre o Consumo (PAT-RTC), criado pelo Ministério da Fazenda e que contou, em todas as suas instâncias, com representantes da União, dos Estados e dos Municípios, o PLP 68/2024 foi entregue ao Congresso Nacional na última quarta-feira (24/4). O projeto – o primeiro dos dois PLPs a serem enviados ao Parlamento – institui a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que compõem o Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) Dual, coração da Reforma Tributária promovida pela Emenda Constitucional 132. Institui também o Imposto Seletivo (IS), que incidirá sobre produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente. [Fonte:](#) ASCOM MF

Alíquota média de tributação será menor que a atual, diz Appy. O secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, refutou as críticas de que a alíquota padrão de 26,5% seria alta. Ele disse que o percentual médio será menor que o atual. Segundo o secretário, não é possível saber qual é a alíquota média de 2024 dada a complexidade do sistema tributário. Ele afirmou que o projeto de regulamentação da reforma proporcionará a simplificação dos regimes. “A alíquota de 26,5% é a alíquota padrão. É a máxima, na verdade, do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e do CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços). A alíquota média é menor, porque tem alíquotas reduzidas”, declarou. Produtos médicos e a cesta básica terão regimes especiais. Ele participou na 2ª feira (29.abr.2024) do evento “A reforma tributária e a indústria”, realizado pela Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Ele defendeu que a reforma tributária reduz a sonegação e a inadimplência. “Isso faz com que eu possa cobrar uma alíquota menor de toda a economia para poder manter a mesma carga tributária que eu tenho”, declarou. [Fonte:](#) Poder 360

Reforma tributária: veja quais itens e atividades devem ter isenção, desconto ou imposto seletivo. O governo enviou ao Congresso Nacional o primeiro projeto de lei para regulamentar a reforma tributária sobre o consumo. O texto traz as regras para todos os produtos sujeitos aos novos Impostos sobre Valor Agregado (IVA) criados pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) aprovada no ano passado. A reforma tributária altera o atual sistema de cobrança de impostos para um formato de IVA Dual. Serão dois impostos que vão unir, de um lado, três tributos federais e, do outro, um estadual e um municipal: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) irá unificar o ICMS e o ISS (estadual e municipal); a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) vai unir PIS, Cofins e IPI (federais). Essa divisão já havia sido definida pela PEC do ano passado. Agora, a lei complementar define quais grupos de produtos terão regimes de cobrança diferenciada. Há setores da economia e categorias profissionais que podem ter isenções completas, descontos ou regimes específicos de tributação. [Fonte:](#) G1 Notícias

Exceções representam dois terços dos artigos de proposta tributária. A proposta de regulamentação da reforma tributária apresentada pelo Ministério da Fazenda na quarta-feira (24) tem 499 artigos. Dois terços desse conteúdo se referem às exceções, que cresceram durante a tramitação da proposta de emenda constitucional no Congresso Nacional em 2023. O texto da regulamentação traz 222 dispositivos que tratam das regras para comércio exterior, desoneração de investimentos, isenções como a cesta básica, alíquotas reduzidas e regimes específicos ou próprios, como planos de saúde e imóveis. Outros 107 regulam temas como Zona Franca de Manaus, Simples Nacional, MEI e Imposto Seletivo sobre bens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. [Fonte:](#) Folha de S. Paulo

Reforma tributária: MEIs terão pequeno alívio com implementação dos novos impostos. Os microempreendedores individuais (MEIs) fazem parte de um regime de tributação próprio, mas terão um pequeno alívio com a implementação do Imposto de Valor Agregado (IVA), instituído pela reforma tributária.

A proposta de regulamentação apresentada pelo governo Lula prevê uma redução de R\$ 6 para R\$ 3 nos boletos que precisam ser pagos mensalmente. [Fonte:](#) O Estado de S. Paulo.

Reforma tributária trará mais eficiência no longo prazo, diz Dantas. O presidente do TCU (Tribunal de Contas da União), Bruno Dantas, disse na 2ª feira (29.abr.2024) que a reforma tributária trará mais eficiência para o sistema de impostos do país, apesar de abrir mão da redução da carga tributária no curto prazo. Segundo Dantas, as duas coisas são “desejáveis”, mas a queda de impostos só caminhará com mais diálogo sobre o impacto das isenções fiscais. “Nós não precisamos reduzir a carga tributária para melhorar a eficiência tributária. São duas coisas distintas, evidentemente desejáveis, mas a redução da carga terá que vir com o tempo, na medida em que a transparência que a nova reforma permite for capaz de tocar os cidadãos, que saberão que isenções fiscais geram aumento da alíquota que todos precisam pagar”, afirmou no seminário “A Reforma Tributária e a Indústria”, da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). [Fonte:](#) Poder 360

Reforma tributária vai diminuir gastos dos mais pobres e da classe média. Na semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entregou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar que regulamenta alguns princípios gerais da Reforma Tributária, cujo texto-base já foi aprovado pelo parlamento brasileiro. Tanto o ministro e sua equipe quanto a imprensa têm destacado que, entre os benefícios que a Reforma Tributária vai trazer para as pessoas, está a redução de gastos com impostos que os mais pobres e a classe média terão, depois que a lei complementar for aprovada. Segundo previsões, a Câmara e o Senado devem analisar e aprovar as novas regras complementares até o final deste ano. Além das pessoas mais vulneráveis e da classe média, empresas de todos os portes também serão beneficiadas com redução de impostos e simplificação do sistema de cobrança, alega o Ministério da Fazenda. [Fonte:](#) Agência Brasil

Judiciário

Confira a pauta da semana do STF. Na quinta (2), o Plenário do STF se reúne para julgar, dentre outras, a [ADI 2943](#), a [ADI 3309](#) e a [ADI 3318](#), que questionam normas que concedem ao Ministério Público poderes de realizar investigações criminais por conta própria; a [ADI 5667](#), que questiona a nova redação dada pela [Lei 12.970/2014](#) ao Código Brasileiro de Aeronáutica, referente aos procedimentos de apuração do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER) e sobre o sigilo das investigações de acidentes aéreos no país. Além disso, a Corte irá analisar a [ADO 63](#), que discute se houve omissão do Congresso Nacional na regulamentação do dispositivo constitucional que assegura a preservação do meio ambiente na exploração de recursos do Pantanal Mato-grossense. [Fonte:](#) Foco – Relações Governamentais com informações de ASCOM STF

Pontos de Inclusão Digital: Justiça está mais perto do cidadão vulnerável. Um dos grandes desafios que o Brasil precisa enfrentar chama-se inclusão digital. Mais de 33 milhões de cidadãos não têm acesso à internet no país, o que inviabiliza o acesso dessas pessoas a inúmeros direitos. Na quinta-feira (25/4), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) colocou em debate, durante um webinar, projeto voltado para o Judiciário: os Pontos de Inclusão Digital (PIDs). Já em execução em vários estados da Federação, o projeto de instalação dos PIDs tem como objetivo criar espaços equipados com computadores e câmeras para que o cidadão mais vulnerável possa acessar portais e balcões virtuais de todos os tribunais, assim como outros serviços de utilidade pública nos níveis municipal, estadual e federal. Os Pontos de Inclusão Digital foram criados a partir da Resolução n. 508/2023, que previa a criação desses postos nos tribunais brasileiros, especialmente nos municípios que não fossem sede de nenhuma unidade judiciária. O coordenador da implantação dos PIDs, conselheiro do CNJ Giovanni Olsson afirmou, durante o evento, que a ideia dos pontos de inclusão digital é

ser um grande mutirão que leva cidadania ao cidadão simples, e que sua existência permite a viabilidade de muitos direitos. [Fonte:](#) ASCOM CNJ

Último Foco

Senado deve apresentar relatório final de regulação de IA em maio. O relatório final do PL (projeto de lei) 2.338 de 2023, que regulamenta o uso e o desenvolvimento de IA (inteligência artificial), deve ser apresentado pelo relator, o senador Eduardo Gomes (PL-TO), na 3ª semana de maio. O texto preliminar foi entregue na última 4ª feira (24.abr), e deve sofrer alterações e pedidos de emenda até dia 9 do mesmo mês. Durante estas 2 semanas de edição, o congressista deve se reunir com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para discutir a tramitação da proposta. O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, que participou da sessão da entrega do texto, afirmou que o marco regulatório da IA é de interesse do governo para “atrair investimento privado, nacional e internacional sobre esse tema”. Segundo apurou o Poder360, o texto atual é alvo de divergência entre os especialistas do tema. Por isso, o relator pode fazer alterações significativas na redação do parecer. [Fonte:](#) Poder 360

Evento do Ceadi discute aplicações de inteligência artificial. O Centro de Altos Estudos em Comunicações Digitais e Inovações Tecnológicas (Ceadi), junto com a Superintendência Executiva, promoveu na última segunda-feira (22/4) o evento online “Tecnologias Emergentes e as Comunicações do Futuro: Aplicações de Inteligência Artificial no mercado”. O evento contou com as palestras de Lorryne Porciuncula, diretora executiva do Datasphere Initiative; da professora Priscila Solís, da Universidade de Brasília; e do professor Anderson Rocha, especialista em inteligência artificial e forense digital pela Universidade de Campinas (Unicamp). Após as exposições, foram promovidos debates, moderados pelo conselheiro da Anatel Raphael Garcia, com auxílio do chefe da Assessoria Técnica e secretário-executivo do Ceadi, Eduardo Alencar. O conselheiro da Anatel, Raphael Souza, ressaltou que “o desafio sobre como regular IA é multidisciplinar e deve envolver várias perspectivas: tecnológica, jurídica, econômica, administrativa, psicológica e comportamental, dentre outras. Essa temática deve ser abordada considerando esses diferentes e complementares perspectivas para uma tomada de decisão mais acertada”. [Fonte:](#) ASCOM ANATEL

NETmundial+10 tem pontapé inicial com governança da Internet em foco. A segunda edição do encontro global NETmundial+10 teve início na segunda, 29, em São Paulo, tendo como centro os desafios da governança multissetorial do mundo digital. O evento ocorre no Brasil dez anos depois do primeiro encontro, em 2014, sendo localmente organizado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). “Que a gente olhe para as comunidades desassistidas, os países do sul global e para todos aqueles que ainda não possuem os benefícios de usufruir de uma conectividade significativa e universal, que é um conceito importante para discutir o papel que a internet tem na vida de todos”, afirmou a coordenadora do CGI.br e chair do NETmundial+10, Renata Mielli, durante a cerimônia de abertura do evento. Para Mielli, o desafio desta edição é aprofundar as discussões sobre a governança multissetorial, a exemplo da tomada de decisão no âmbito de países e organismos multilaterais, levando em conta a soberania das nações, a autodeterminação dos povos e as assimetrias nas regras. [Fonte:](#) Teletime

Neutralidade de rede volta a valer nos Estados Unidos. A Comissão Federal de Comunicações (FCC), órgão regulador de telecomunicações dos Estados Unidos, restaurou a neutralidade de rede como um padrão nacional no país, na quinta-feira, 25/04. A decisão retoma as regras que foram derrubadas durante o governo de Donald Trump em 2017. Assim, provedores de serviços de Internet serão novamente proibidos de bloquear, limitar ou envolver-se em priorização paga, restaurando as regras que vigoraram no País até 2016. Na prática, a FCC reclassificou o serviço de banda larga como um serviço de telecomunicações do Título II da

seção 214 do Communication Act. Na prática, o serviço de Internet de banda larga passa a ser tratado como um serviço essencial como forma de "proteger os consumidores, defender a segurança nacional e promover a segurança pública". [Fonte](#): Convergência Digital

Em novo fascículo, CERT.br apresenta dicas para proteger computadores. Já imaginou o transtorno que seria se os dados que você armazena em seu computador fossem acessados indevidamente ou até mesmo furtados ou apagados? E se o seu computador fosse usado para realizar ataques na Internet? Essas são possibilidades reais, mas que podem ser evitadas com medidas de proteção. É o que explica o novo fascículo Computadores, que faz parte da Cartilha de Segurança para Internet, divulgado na quarta-feira (24) pelo Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil (CERT.br) do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). A publicação, que pode ser acessada gratuitamente, ressalta a importância de usar programas originais, de manter o computador sempre atualizado para diminuir os riscos de exploração de vulnerabilidades e de utilizar ferramentas de segurança, como antivírus e firewall pessoal. Outro ponto destacado no material é a criptografia do disco rígido. "Atualmente a maioria dos sistemas operacionais já têm esse recurso nativo, então, é algo simples de ser feito. Essa medida é importante, porque se a pessoa perder o computador, for roubada ou mesmo se substituir o disco em uma manutenção, ela terá a tranquilidade de saber que os dados que estavam armazenados no disco rígido não serão acessados por terceiros", comenta Cristine Hoepers, gerente do CERT.br. [Fonte](#): CGI.br

RNP e Governo do Estado do Paraná unem forças em acordo para impulsionar inovação tecnológica. Na abertura da 5ª Conferência de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) Regional Sul, realizada no dia 25/4, foi assinado um acordo de cooperação técnica (ACT) entre a Rede Nacional de Ensino Pesquisa (RNP) e o governo do Estado do Paraná. A cooperação busca levar conectividade de alta velocidade para o interior do estado, a fim de atender a comunidade de ensino e pesquisa. O objetivo da parceria é a realização de projetos em conjunto. Um deles é a Infovia Paraná, interligando todas as universidades estaduais e federais, bem como os institutos de pesquisa do estado, por meio de fibras ópticas. Essa parceria com o Paraná faz parte de uma ação maior da RNP: o programa Conecta e Capacita, que tem o objetivo de ampliar a abrangência, a qualidade e a segurança da conectividade para educação e pesquisa no país. Além das infovias em 18 unidades da federação, será ampliada a capacidade da rede de pesquisa nacional, a rede Ipê, implantados Centros Nacionais de Dados (CND) e estabelecido um serviço de muito alto desempenho e segurança na Rede de e-Ciência. Sobre essa infraestrutura, também está sendo desenvolvido o novo modelo nacional de segurança cibernética para o Sistema RNP. [Fonte](#): ASCOM RNP

ANPD aprova novo regulamento para incidentes de segurança. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) publicou na sexta-feira, 26, no Diário Oficial da União (DOU), a Resolução nº15/2024, que aprovou o Regulamento de Comunicação de Incidente de Segurança (RCIS). Uma das novidades das regras é que o controlador deve comunicar os incidentes de segurança aos titulares dos dados no prazo de três dias úteis, a partir do conhecimento da ocorrência. Segundo o órgão, a resolução tem o objetivo de mitigar ou reverter prejuízos gerados por incidentes; de assegurar a responsabilização e a prestação de contas; de promover a adoção de boas práticas de governança, prevenção e segurança; e de fortalecer a cultura de proteção de dados pessoais no País. O RCIS prevê que o controlador deve comunicar a ANPD e o titular de dados sobre a ocorrência de incidentes de segurança que possam ocasionar risco ou dano relevante. [Fonte](#): Teletime

MCTI quer modernizar sala limpa do Ceitec para exportar chips. O Ministério de Ciência e Tecnologia quer retomar a produção de semicondutores no Centro Nacional de Tecnologia Avançada, Ceitec, e planeja a compra de novos equipamentos, ainda para 2024, de forma a recompor e modernizar a sala limpa da estatal de chips. Em entrevista na segunda, 29/4, durante o Netmundial+10, que acontece em São Paulo, a ministra Luciana Santos disse que os planos para o Ceitec ambicionam a exportação de chips para o mercado latino-

americano. “A gente tem um mercado, que não é só brasileiro, mas um nicho de mercado, principalmente na América Latina, de grandes oportunidades. É por aí que nós estamos apostando. Pelas oportunidades, pela falta de semicondutores e o colapso que há no mundo, em alguns, não semicondutores de alta complexidade, mas de média complexidade. E o setor automotivo é uma grande chance de nos inserirmos”, afirmou a ministra. [Fonte:](#) Convergência Digital

Marco Civil da Internet tem saldo positivo e desafios, avalia Mielli, do CGI.br. Legislação que completou dez anos na semana, o Marco Civil da Internet (MCI) tem cumprido seu papel no ecossistema digital brasileiro e pode conviver com evoluções diante de novos desafios – como a responsabilidade legal das grandes plataformas. Essa é a avaliação da coordenadora do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), Renata Mielli. Em conversa com TELETIME, a dirigente do órgão multissetorial de governança da Internet no País fez um balanço de alguns dos principais dispositivos do MCI – como a neutralidade de rede e as regras de responsabilização de aplicações de Internet. A conversa ocorreu como parte dos preparativos para a NETmundial+10, que discute os rumos da Internet global a partir da próxima segunda-feira, 29, em São Paulo. [Fonte:](#) Teletime

Programa de apoio às microempresas poderá assegurar recursos permanentes. O Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) pode se tornar uma política pública permanente. Um projeto de lei (PL 6012/2023) nesse sentido está pronto para ser votado na terça-feira (30) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Um dos autores, senador Esperidião Amin (PP-SC), explica que os recursos para o Pronampe estão garantidos até 2025. A previsão é de retorno para o Tesouro dos recursos não utilizados, revertidos à poupança do ensino médio ou ao pagamento da dívida pública. O projeto na CAE assegura a continuidade do dinheiro no financiamento de pequenos negócios. [Fonte:](#) Agência Senado

Teles pedem anulação de adicional de ICMS no Rio e Alagoas. Entidades representativas das empresas de telecomunicações tentam anular a cobrança de adicional de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no Rio de Janeiro e Alagoas. Os pedidos constam em duas ações protocoladas no Supremo Tribunal Federal (STF), apresentadas pela Associação das Operadoras de Celulares (Acel) e a Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado (Abrafix). A contribuição questionada é destinada aos fundos estaduais de combate à pobreza. As entidades alegam que os serviços de telecomunicações são essenciais e que a Constituição Federal limita a incidência do adicional de ICMS apenas a bens e serviços supérfluos. O questionamento que diz respeito à cobrança em Alagoas é a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7632, sob relatoria do ministro André Mendonça, que versa sobre dispositivo da Lei 6.558/2004 do Estado, que prevê 2% adicionais na alíquota do ICMS. A segunda, do Rio de Janeiro, é a ADI 7634, contra a Lei Complementar 210/2023, que resulta em acréscimo de 4%. [Fonte:](#) Tele.Síntese

Regulamentação do trabalho de motoristas de aplicativo é tema de audiência pública na Assembleia Legislativa gaúcha. Uma audiência pública marcada para as 14h de segunda-feira (29) na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul discutirá o projeto de lei complementar do governo federal que prevê a regulamentação do trabalho de motoristas de aplicativos de transporte. A estimativa é de que aproximadamente 100 mil gaúchos atuem no segmento. A reunião contará com a presença do superintendente regional do Ministério do Trabalho e Emprego, Cláudio Nespolo. Também devem participar dirigentes de entidades como o Sindicato dos Motoristas de Transporte Individual por Aplicativo (Simtrapli) e Federação dos Sindicatos dos Motoristas de Aplicativo (Fenasmapp), que já redigiu nove emendas para encaminhamento ao Congresso Nacional. [Fonte:](#) O Sul